

A [Ditadura Militar do Brasil](#) refere-se ao regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985

A eleição de Quadros foi saudada como uma revolução por votação, porque os grupos políticos anti-Vargas controlaram a presidência pela primeira vez em três décadas. Quadros assumiu o cargo em uma atmosfera de expectativa popular, mas logo foi atacado pelo Congresso, onde partidos leais à tradição de Vargas ainda comandavam uma grande maioria. Quadros respondeu tentando expandir drasticamente seus poderes executivos, mas sua maneira arbitrária e autocrática alienou muitos de seus antigos seguidores, e ele não conseguiu promulgar reformas políticas ou medidas para combater a inflação. Nos assuntos internacionais Quadros foi mais bem-sucedido. Sua política externa, aplaudida pelos ultranacionalistas e deplorada pelos moderados, parecia destinada a levar o Brasil para nações neutras e comunistas e para longe de seus laços tradicionais com os Estados Unidos.

O Brasil estava à beira da guerra civil. Muitos comandantes militares e conservadores consideravam Goulart radical demais para ser confiado ao cargo mais alto da nação, embora a grande maioria dos líderes políticos civis apoiasse seu direito constitucional à presidência. O ministro da Guerra, Odílio Denys, emergiu como principal porta-voz das forças anti-Goulart e exigiu que o Congresso declarasse vago o cargo de vice-presidente e realizasse novas eleições. Congresso recusou.

No sul do Brasil, comandantes de poderosos exércitos e unidades da força aérea desafiaram ordens da capital e ficaram do lado de Goulart, que chegou a Porto Alegre (RS) insistindo que já era presidente. Diante da perspectiva de conflito armado, o Congresso e o grupo anti-Goulart nas forças armadas ficaram comprometidos: eles concordaram que Goulart poderia assumir o cargo, mas apenas como figura de proa. Em 2 de setembro de 1961, o Brasil adotou um sistema parlamentar de governo e transferiu a maioria dos poderes presidenciais para o recém-criado cargo de primeiro-ministro.

Goulart, no entanto, foi posteriormente incapaz de reunir votos legislativos suficientes para aprovar suas propostas, e os novos planos do governo para o desenvolvimento econômico e social não fizeram nada para restringir a inflação, que alcançou proporções alarmantes. A moeda caiu para um décimo do seu valor original, o custo de vida triplicou e o crescimento do produto nacional bruto, que aumentava de 6% a 7% ao ano, foi interrompido por completo.

## Intervenção militar e ditadura

À medida que a situação se tornava mais desesperada, a administração e seus críticos repudiavam-se mutuamente. Goulart identificou-se cada vez mais com a esquerda ultranacionalista e cercou-se de assessores de esquerda, enquanto os oficiais militares começaram a simpatizar mais abertamente com a oposição moderada e conservadora. O governador José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, emergiram como os principais coordenadores da conspiração.

Com a queda de Goulart, o poder passou efetivamente aos líderes da rebelião, que instituiu mudanças políticas abrangentes. Os comandantes se propuseram a

restaurar a ordem econômica e financeira, eliminar o que consideravam infiltração comunista e purgar elementos corruptos e subversivos; no entanto, eles também desejavam manter uma forma modificada de governo representativo. Em 9 de abril de 1964, eles combinaram essas metas no Primeiro Ato Institucional, que emendou grandemente a constituição de 1946. O executivo foi concedido autoridade temporária para remover funcionários eleitos do cargo, demitir funcionários públicos e revogar por 10 anos os direitos políticos daqueles considerados culpados de subversão ou uso indevido de fundos públicos. O Congresso então seguiu a liderança dos altos comandantes militares na entrega da presidência a Castelo Branco em 11 de abril.

Durante os seis meses seguintes, o regime prendeu milhares de pessoas e anulou os direitos políticos de centenas de outros, incluindo autoridades sindicais e governamentais e os ex-presidentes Goulart, Quadros e Kubitschek. O Congresso manteve o poder de debater e emendar – mas não rejeitar – as propostas submetidas pelo executivo.

## O regime de Castelo Branco

Os militares consideraram o mandato de Castelo Branco como um período de transição durante o qual a administração quase militar promulgaria amplas reformas políticas e econômicas antes de mais uma vez confiar a nação a um governo eleito pelo povo. Castelo Branco e seus aliados concordaram em objetivos econômicos e sociais, mas discordaram sobre os meios para atingir seus objetivos. O presidente desejava realizar reformas através de legislação, ao mesmo tempo em que permitia várias atividades políticas; entretanto, extremistas civis e militares queriam dissolver o Congresso e suspender todos os partidos políticos até que o regime militar pudesse consolidar seu poder.

A disputa produziu uma crise em outubro de 1965, quando candidatos da oposição nos principais estados de Minas Gerais e Guanabara venceram as eleições para o governo por maioria substancial. Os extremistas interpretaram os resultados como um grande revés para o governo, e exigiram que Castelo Branco anular as duas eleições. Quando ele se recusou, eles planejaram um golpe, mas o marechal Artur da Costa e Silva, o ministro da Guerra, interveio e persuadiu os líderes dissidentes a manter a paz em troca da promessa de Castelo Branco de adotar as reformas extremistas dos militares.

Em 27 de outubro, Castelo Branco assinou o Segundo Ato Institucional, que suspendeu todos os partidos políticos existentes, restaurou os poderes de emergência do presidente pelo restante de seu mandato e fixou o dia 3 de outubro de 1966 como a data das novas eleições presidenciais. O regime então criou um sistema artificial, bipartidário, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), patrocinada pelo governo, e por um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, o MDB recusou-se a nomear um candidato para a eleição presidencial, que foi dirigida pelo Congresso dominado pela ARENA, e Costa e Silva, o candidato do governo, venceu a disputa incontestada.

Uma comissão nomeada pelo governo subsequentemente elaborou uma nova constituição, e Castelo Branco em dezembro convocou uma sessão extraordinária do Congresso para aprovar o documento, promulgado em janeiro de 1967. Ele

incorporou grande parte do programa militar e confirmou os poderes expandidos do executivo e do governo. o governo central, mas também permitiu que o presidente e vice-presidente fossem eleitos de uma única passagem, reduziu o mandato presidencial de cinco para quatro anos, permitiu que tribunais militares julgassem civis acusados de violar leis de segurança nacional, concedeu ao presidente autoridade para emitir decretos de emergência sem consultar o Congresso, e negou ao Congresso o direito de adiar qualquer legislação solicitada pelo executivo.

## **Administrações de Costa e Silva, Médici e Geisel**

Costa e Silva prometeu humanizar o governo militar, mas ele não se afastou marcadamente do curso estabelecido por seu antecessor. Seu governo rejeitou as petições de anistia geral, resistiu a propostas de emenda à nova Constituição para restaurar eleições diretas, reprimir tentativas de formar um segundo partido da oposição e reprimir distúrbios estudantis. No entanto, o governo enfrentou pouca oposição política séria, em parte porque suas realizações econômicas aplacaram a população.

A situação política deteriorou-se rapidamente no final de 1968. Costa e Silva, enfrentando um ressurgimento da crítica pública e do Congresso, agarrou os poderes de emergência. O Quinto Ato Institucional, emitido em 13 de dezembro, suspendeu indefinidamente todos os órgãos legislativos, autorizou o executivo a governar por decreto e forneceu a base legal para um novo expurgo de críticos políticos.

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame e o governo foi administrado pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica até outubro, quando o general Emílio Garrastazú Médici foi escolhido como novo presidente. O governo realizou novamente eleições federais, estaduais e municipais em novembro de 1970; A festa ARENA da Médici foi o vencedor claro na maioria dos concursos. Ainda assim, manifestações antigovernamentais continuaram, e alguns grupos insurgentes ganharam a atenção seqüestrando diplomatas estrangeiros no Brasil.

O décimo aniversário do golpe militar foi celebrado com o levantamento da proibição das atividades políticas de 106 líderes do antigo regime, entre eles Kubitschek, Quadros e Goulart. O Quinto Ato Institucional, no entanto, permaneceu em vigor. O MDB demonstrou força inesperada nas eleições para o Congresso em novembro de 1974, conquistando vários assentos no Senado e, nas eleições municipais de 1976, o partido quase empatou com a ARENA.

## **Transição para a democracia**

Em outubro de 1978, Geisel promoveu uma emenda constitucional que revogou o Quinto Ato Institucional. No mês seguinte, seu sucessor escolhido, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, venceu a eleição indireta para presidente. Antes de deixar o cargo, Geisel revogou toda a legislação de emergência restante, incluindo o decreto presidencial (de 1969) que baniu pessoas acusadas de crimes políticos. Em 1979, o Congresso aprovou um programa de anistia que restituiu os

direitos políticos a todos que os haviam perdido desde 1961. Além disso, uma liberdade de expressão revigorada provocou um intenso debate político. Em 1982, eleições diretas para governadores de estado foram realizadas pela primeira vez desde 1965, e os partidos da oposição conquistaram a maioria dos estados maiores.

Os brasileiros também testemunharam mudanças devido a uma lenta e profunda transformação econômica que fez do Brasil uma das principais nações industriais do mundo no início dos anos 80, ostentando o 10º maior produto nacional bruto do mundo. Ao mesmo tempo, totalmente sete décimos da população era urbana. A infraestrutura de transporte havia se expandido imensamente, e as redes rodoviárias, em particular, alcançaram cantos anteriormente isolados da vasta nação. Novos grupos de pressão, como o trabalho organizado, desempenharam papéis cada vez mais influentes, e a estrutura social era mais diversificada e complexa.

## O retorno do governo civil

Em uma outra eleição indireta em janeiro de 1985, o colégio eleitoral ampliado repudiou os militares ao selecionar os candidatos da coalizão Aliança Democrática – Tancredo de Almeida Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente – sobre os candidatos da ARENA. Neves morreu antes de assumir o cargo em meados de março e Sarney foi inaugurado como o primeiro presidente civil do Brasil desde 1964.

Depois que Sarney assumiu o cargo, a rápida expansão econômica ocorreu enquanto a produção agrícola aumentava e novas políticas econômicas e políticas eram reveladas. Os passos progressivos do governo incluíram legalizar todos os partidos políticos, planejar eleições presidenciais diretas e prometer distribuir terras para milhões de trabalhadores e camponeses sem terra até o ano 2000. O índice de aprovação de Sarney foi alto, pois seu governo impôs o Plano Cruzado, um plano anti-inflacionário. programa que incluiu congelamentos de salários e preços e alimentou ainda mais a economia. No final de 1986, no entanto, o governo permitiu que os aumentos de preços reduzissem a economia superaquecida. A taxa de inflação imediatamente começou a subir, precipitando protestos em massa contra o governo. A crise ocorreu logo após a eleição de um novo congresso pró-governo (novembro de 1986) e a tarefa de produzir uma nova constituição.